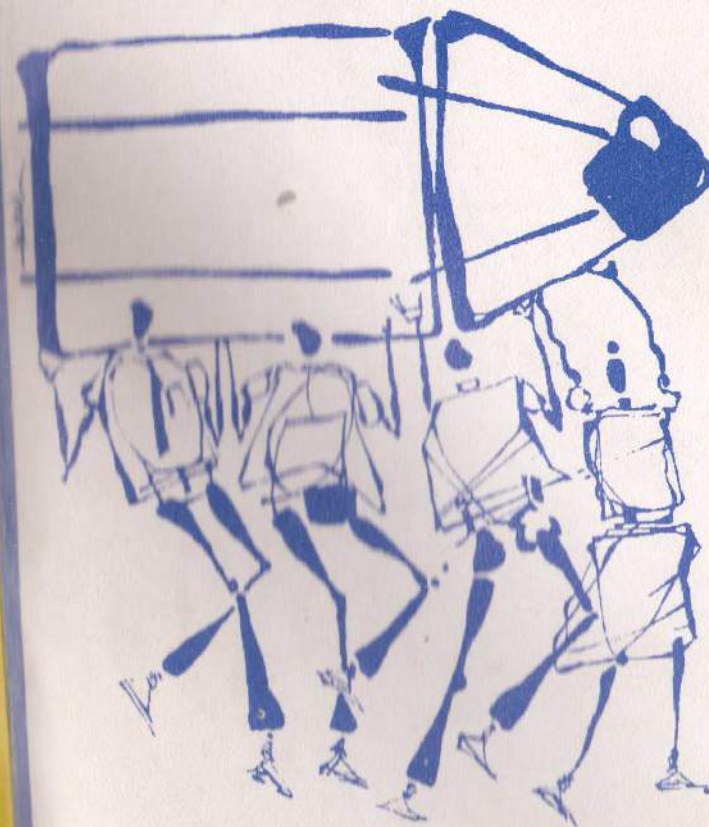


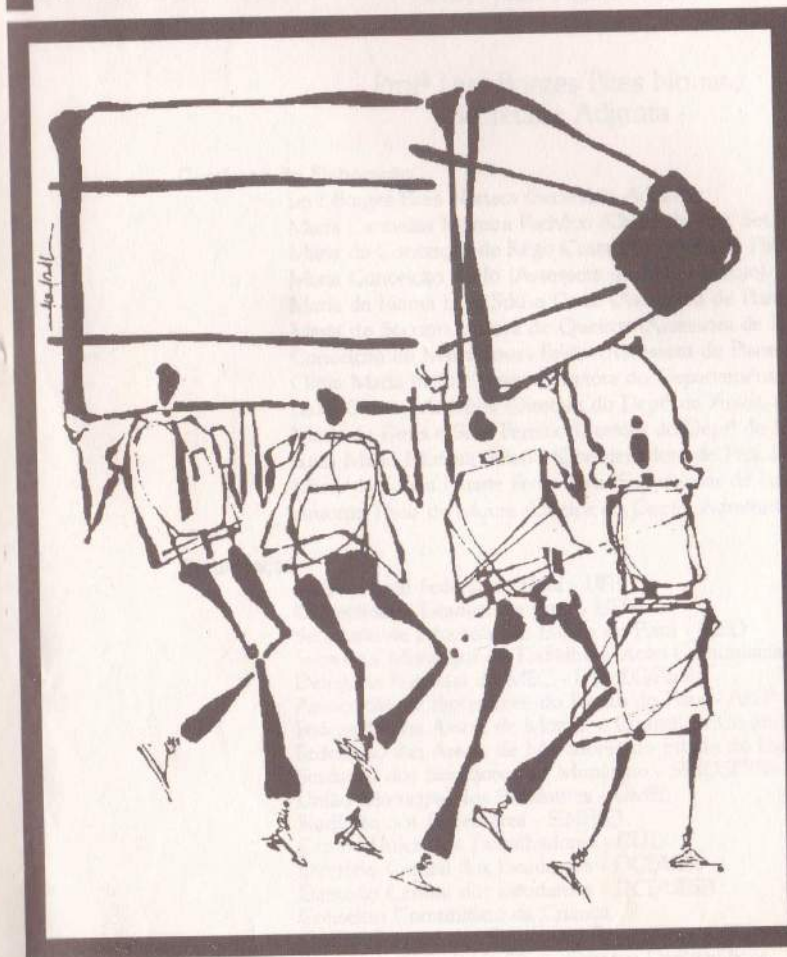
Plano Municipal Decenal de Educação para Todos



SEMEC
SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Plano Municipal Decenal de Educação para Todos



SEMEC
SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Prof^º Raimundo Wall Ferraz

- Prefeito -

Dr. Francisco Gerardo da Silva

- Vice-Prefeito -

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Prof^º José Reis Pereira

- Secretário -

Prof^ª Leni Borges Pires Nonato

- Secretária Adjunta -

Comissão de Elaboração

Leni Borges Pires Nonato (Secretária Adjunta)

Maria Carmelita Moreira Pachêco (Chefe da Ass. Set. de Planejamento)

Maria da Conceição do Rêgo Costa (Assessora de Planejamento)

Maria Conceição Prado (Assessora de Planejamento)

Maria de Fátima Lima Sousa Costa (Assessora de Planejamento)

Maria do Socorro Lustosa de Queiroz (Assessora de Planejamento)

Conceição de Maria Sousa Feijão (Assessora de Planejamento)

Cilma Maria Belfort Soeiro (Diretora do Departamento de Ensino)

Laura Soares Medeiros (Diretora do Dept^º de Assist. ao Educando)

Maria de Deus e Silva Pereira (Diretora do Dept^º de Manut. Escolar)

Luiza Maria Moreira Solano (Coordenadora de Proj. Especiais)

Maria da Glória Duarte Ferro Silva (Supervisora de Ensino)

Antonio Pinto de Moura (Diretor do Depto. Administ. e Financeiro)

Participação

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Secretaria de Educação do Estado do Piauí - SEED

Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Comunitária - SEMTAC

Delegacia Regional do MEC - DEMEC/Piauí

Associação de Professores do Estado do Piauí - APEP

Federação das Assoc. de Morad. e Conselhos Comunitários - FAMCC

Federação das Assoc. de Moradores do Estado do Piauí - FAMEPI

Sindicato dos Servidores do Município - SINDSERM

União Municipal dos Estudantes - UMES

Sindicato dos Professores - SINPRO

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Diretório Central dos Estudantes - DCE/UFPI

Diretório Central dos Estudantes - DCE/UESPI

Conselho Comunitário da Criança

Centro Colegial dos Estudantes Piauienses - CCEP

Raimundo Nonato da Silva - Serviços Datilográficos

Alínea Publicações Editora - Editoração eletrônica

Amaral - Capa

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	7
01 - Aspectos Gerais do Município de Teresina	11
1.1 - Aspectos Sócio-Econômicos e Culturais	11
1.2 - Aspectos Educacionais	14
02 - Objetivos	21
2.1 - Geral	21
2.2 - Específicos	21
03 - Políticas Educacionais	23
3.1 - Universalização do Ensino	24
A - Programa: Pré-Escolar	24
B - Programa: Ensino Fundamental	24
C - Programa: Educação Especial	25
D - Programa: Alfabetização de Adultos	25
3.2 - Qualidade do Ensino - Garantia de Aprendizagem	26
A - Programa: Melhoria da Qualidade do Ensino	26
3.3 - Valorização do Magistério	27
A - Programa: Valorização do Profissional da Educação	27
3.4 - Educação e Trabalho	27
A - Programa: Integração Escola/Vida e Escola/Trabalho	27
3.5 - Gerência dos Serviços Educacionais	28
A - Programa: Gestão Democrática e Autonomia Escolar	28
3.6 - Financiamento da Educação	28
04 - Considerações Finais	31
05 - Bibliografia Consultada	33
06 - Anexos	35

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Educação e do Desporto submeteu a todo o país proposta de Plano Decenal de Educação para Todos, convocando o Brasil a discuti-lo, emendá-lo, melhorá-lo, adaptá-lo à realidade de cada Estado e Município. Foi inegavelmente uma atitude democrática que não poderia ficar sem resposta.

Em Teresina, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura chamou a si a tarefa de conduzir os debates para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos do Município. No mesmo espírito democrático, convocou toda a sociedade teresinense à participação. Os órgãos públicos de todos os níveis ligados à educação; as entidades sindicais, através da única Central de trabalhadores sediada na cidade; as Federações de Associações de Moradores; as entidades patronais; as pessoas, individualmente todos foram ao debate. A resposta positiva resultou num movimento sem dúvida inédito no município. Quase cinquenta locais de discussão, espalhados em todo o território municipal, inclusive na zona rural, propiciaram a que amplamente a população se manifestasse, traduzindo seus anseios e apresentando suas críticas à educação desenvolvida no território teresinense.

O resultado está expresso neste documento, o **Plano Municipal Decenal de Educação para Todos** de Teresina. Não é um texto acabado, definitivo, impositivo, nem se pretendia que fosse assim. Pelo contrário, toda a expectativa e todo o esforço fez-se no sentido de que se elaborasse um Plano aberto, adaptável a cada momento, sensível à aprendizagem constante que sua implementação e que novos debates proporcionarão.

Não é também, e não poderia sê-lo, um plano para a educação gerenciada pelo poder público municipal. Ele traduz as aspirações dos munícipes sobre a educação pública como um todo. Não existem alunos federais, estaduais e municipais.

Espera-se que ele sirva de guia a todos os que têm responsabilidades para com a educação, no município de Teresina. E que, para a população, seja um instrumento de cobrança e reivindicação.

Teresina, dezembro de 1993.

José Reis Pereira
Secretário Municipal de Educação e Cultura

INTRODUÇÃO

A educação é um direito e responsabilidade de todos. Cabe ao Estado promovê-la e à sociedade colaborar e exigir o cumprimento desse direito.

Entretanto, observa-se que existe um descompromisso de todos os segmentos da sociedade com a Educação no País, o que vem conduzindo a um ensino de má qualidade, caracterizado por:

- Inconsistência e descontinuidade dos projetos educacionais;
- Incapacidade da escola em atender a heterogeneidade dos alunos, conduzindo à repetência e evasão escolar;
- desarticulação entre as esferas governamentais;
- má distribuição na alocação e ineficiência na gestão dos recursos destinados à Educação.

Allada a esta problemática, existe ainda a incapacidade do sistema educacional em associar os elementos indispensáveis ao seu bom funcionamento, tais como:

- Acesso e permanência da clientela na escola;
- valorização do magistério no que se refere à qualidade dos cursos de formação de docentes, acompanhamento dos egressos por partes das agências formadoras e definição de política salarial;
- infra-estrutura das escolas capaz de oferecer uma Educação de qualidade.

Por outro lado, a crise econômica por que passa o país interfere na Educação, na medida em que as famílias não dispõem de condições mínimas de subsistência e as crianças são levadas a realizar trabalhos para ajudar na renda familiar, o que contribui para os altos índices de evasão e repetência nas escolas.

Diante desse quadro, urge profundas mudanças na estrutura sócio-econômica e política do País, buscando atenuar as grandes dificuldades sociais existentes, através de uma melhor distribuição de renda, que ofereça a todos oportunidade de acesso a melhores padrões de vida e, conseqüentemente, atingindo níveis satisfatórios no setor educacional.

Na tentativa de modificar o quadro educacional existente, foi promovido, em nível internacional, a Conferência de Educação para Todos, com países de maior população no mundo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

Ao Brasil, como um dos Países integrantes deste grupo, cabe a responsabilidade de proporcionar à sua população o direito à Educação, o qual exige o envolvimento de órgãos governamentais e não-governamentais, com o propósito de assegurar até o ano 2.000 às crianças, jovens e adultos conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea.

Diante de tal compromisso, foi organizada uma comissão para elaboração do **Plano Decenal de Educação para Todos**, sob a coordenação e responsabilidade do Ministério da Educação e do Desporto - MEC, tendo como objetivo principal o despertar da consciência para a gravidade dos problemas educacionais e os desafios a enfrentar na busca de soluções. É importante, neste processo, o envolvimento das três esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e de toda a sociedade, visando alcançar as metas propostas, ou seja, a promoção da universalização do ensino com qualidade, com a consequente erradicação do analfabetismo, estratégias indispensáveis para que se promova o desenvolvimento do País.

Multiplicaram-se, pelo País, ações de caráter inovador, visando universalizar com qualidade o ensino básico, através da elaboração de planos a longo prazo para concretizar suas metas.

O Município de Teresina, no documento preliminar do **Plano Municipal Decenal de Educação para Todos** (novembro/93), estabeleceu como objetivo universalizar o atendimento à demanda existente, no município, oferecendo a crianças, jovens e adultos ensino que atenda às necessidades elementares da vida contemporânea, com vistas à elevação do padrão de qualidade e de produtividade do Sistema de Ensino Público.

No sentido de alcançar este objetivo, o Município de Teresina apresenta neste Plano políticas norteadoras das ações que pretende viabilizar a partir de 1994.

É importante frisar que o **Plano Municipal Decenal de Educação para Todos** espelha-se nos resultados de amplas discussões em todo o Município de Teresina, representando portanto as reais necessidades educacionais e, ainda, se consubstancia num desafio do Sistema no sentido de oferecer um ensino com padrão de qualidade.

A operacionalização do Plano requer disponibilidade financeira de tal monta que será necessária a participação das três esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e o concurso de outras fontes de financiamento (Iniciativa privada e organismos internacionais).

O Governo Federal tem participado nos últimos anos através de duas formas:

- 1) distribuição de parte de sua cota do salário educação;
- 2) assistência ao estudante.

Os recursos oriundos da primeira fonte destinam-se ao financiamento de obras físicas, aquisição de equipamentos e capacitação de pessoal. A segunda fonte garante complementação alimentar e material didático para os educandos.

A rede estadual de ensino proporciona maioria significativa de oferta de vagas. No entanto, recentemente o governo Estadual vem adotando a política de não mais

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

investir no ensino fundamental, voltando seus esforços para a ampliação do ensino de segundo grau. Em consequência, tem havido ultimamente maior procura pelas escolas do município, gerando uma demanda superior à capacidade da rede municipal.

A rede municipal, em virtude da demanda acima definida e das facilidades de investimento através de recursos do salário educação, tem crescido em proporções tais que pode haver, em poucos anos, dificuldades para manter o custeio em níveis satisfatórios. Mesmo a simples conservação física das escolas começa a apresentar sinais preocupantes de que o tesouro municipal pode não suportar a manutenção adequada da rede.

A participação da iniciativa privada tem-se resumido, até o momento, à existência de escolas mantidas por entidades filantrópicas, que trazem inegável contribuição ao desenvolvimento do ensino, embora a maioria delas exijam dos governos o pagamento de pessoal docente.

Organismos internacionais não têm participado de forma significativa do financiamento educacional no município. Começa a tomar corpo, no entanto, entre técnicos governamentais do Estado e do Município, a consciência de que é preciso, buscar com mais agressividade essas fontes de financiamento.

Resulta da análise acima exposta a convicção de que algumas medidas devem ser tomadas, umas imediatamente, outras a médio prazo.

Impõe-se maior racionalização dos recursos, principalmente pela ação conjunta dos governos estadual e municipal, objetivando:

- 1) eliminar duplicação de recursos e
- 2) evitar que um dos governos seja sobrecarregado.

Nesse particular, pode ser rapidamente racionalizada a oferta de vagas, através do levantamento das escolas e salas de aula atualmente existentes, e o consequente planejamento de ampliação das redes de ensino.

A forma até mesmo entusiasmada com que as entidades empresariais tomaram parte nas discussões sobre o Plano Decenal permite antever uma colaboração ativa, que deve ser concretizada através de projetos e propostas objetivas, dentro de padrões aceitáveis.

A médio prazo, é necessário que se repense, de forma global, o financiamento da Educação, não apenas para a cidade de Teresina, mas para todo o país. Diferentes fontes financiadoras não implicam, necessariamente, diferentes órgãos desencadeadores de ações. Parece mais racional a convergência de recursos de diversas fontes para uma gestão unificada no nível do município.

Cumprir observar que os problemas referentes ao financiamento, assim como a instabilidade da moeda nacional, impedem que se aponte, desde já, o montante necessário ao cumprimento do Plano Decenal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE TERESINA

1.1 - Aspectos Sócio-Econômicos e Culturais

O município possui uma área de 1.809km², 0,72% em relação à área do Estado. Limita-se ao norte com União e José de Freitas; ao sul com Monsenhor Gil e Palmeiras; a leste com Altos e Demerval Lobão; a oeste com o Estado do Maranhão. Encontra-se localizado no polígono das secas, a uma altitude de 74,3m, e com coordenadas geográficas correspondentes a 5°05'12" - latitude sul; 42°48'42" - longitude, W. Gr.

Teresina, capital do Estado do Piauí situa-se à margem direita do rio Parnaíba e é cortada pelo rio Poti, possuindo ainda grandes lagoas: lagoa Bela, lagoa das Cacimbas, lagoa do Jacaré, lagoa dos Morros, lagoa do Saco, lagoa da Melancia, rocha das Penudas, riacho Olho d'água, riacho da Formosa, riacho Bela Vista e riacho São Vicente.

O clima do Município é tropical subúmido quente, com duração do período seco de 5 meses. Temperatura máxima de 40° C e mínimo de 22°C.

Quando o Piauí se tornou independente, Oeiras foi escolhida para capital, cujo nome foi dado em homenagem ao Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal. Como cidade, floresceu rapidamente, tornando-se o centro mais importante do Piauí.

Entretanto, desde os tempos coloniais se pensava em mudar a capital do Piauí, de Oeiras para as margens do rio Parnaíba, por ser aquela cidade de difícil comunicação, criando dificuldades ao governo e ao comércio. Apesar de justos os motivos, a mudança só se fez muito tempo depois, no ano de 1851, graças ao Dr. José Antonio Saraiva. Foi escolhida a Chapada do Corisco, lugar assim chamado por haver ali freqüentes trovoadas e relâmpagos, para a criação da Nova Vila do Poti, às margens do rio Parnaíba. Pouco depois surgiram as primeiras casas e a Igreja de Nossa Senhora do Amparo. No ano seguinte, a Nova Vila do Poti foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Teresina, em homenagem a D. Teresa Cristina, a Imperatriz do Brasil.

A instalação definitiva da capital em Teresina foi feita no dia 16 de agosto de 1852.

Aos poucos Teresina foi crescendo e a vida urbana se manifestando, de acordo com as necessidades apresentadas, e o progresso logo se fez sentir.

As categorias profissionais começaram a tomar lugar na sociedade: professores, advogados, médicos, engenheiros e padres. Estes vinham formados de outras capitais

do Império e compunham, juntamente com as famílias mais afortunadas, a camada dirigente da sociedade piaulense.

Teresina centraliza o movimento político-administrativo e concentra as atividades comerciais e culturais do Estado. Atualmente, tem vida social bastante interessante e possui bom número de associações culturais.

A vida econômica do município baseia-se na indústria de transformação, na pecuária e na extração de produtos naturais, na prestação de serviços e atendimento médico-hospitalar, que alcança municípios dos Estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Ceará e Pernambuco.

Quanto à utilização do solo, embora pesquisas apontem a existência de grande manancial de terras férteis, a falta de decisão política faz com que estas sejam subutilizadas. Desta forma, a agricultura e pecuária são desenvolvidas de forma rudimentar, resultando apenas em atividades de subsistência.

O comércio varejista e atacadista detém 50% do pessoal ocupado, a prestação de serviços, 33,33% e as atividades industriais, 16,66%.

A indústria de beneficiamento e transformação de matérias-primas regionais (babaçu principalmente), a indústria têxtil e a de produção de alimentos foram as que mais cresceram nos últimos anos.

A forma de atuação política do Município de Teresina, ao longo dos anos, desconsiderou as necessidades e reivindicações da maioria da população, privilegiando as classes dominantes da sociedade, que sempre foram as beneficiárias dos resultados das políticas adotadas. Hoje já se percebe uma maior organização das comunidades, exigindo maior atenção das autoridades competentes para as necessidades da população mais carente.

Os programas sociais não "dão conta" da difícil realidade existente no município: pobreza, desemprego, falta de oportunidades de acesso aos serviços de saúde, educação, moradia e transportes etc.

São, portanto, bastante precárias as condições de sobrevivência de amplas parcelas da população teresinense, impondo-se, conseqüentemente, uma opção política pela resolução do problema social de Teresina. Suas características de fragilidade econômica, miséria absoluta e estrutura sócio-econômica fortemente desigual fazem com que os efeitos do modelo concentrador de rendas existentes no Brasil atinjam de modo mais dramático este Município.

O município de Teresina é a mais importante mesorregião do Piauí, não só por concentrar as principais atividades econômicas do Estado, como também, pelo contingente populacional, de 598.411 habitantes, os quais estão distribuídos em 92,9% na área urbana e 7,1% na área rural.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO **Teresina**

ZONA	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	256.362	299.711	556.073
RURAL	21.745	20.593	42.338
TOTAL GERAL	278.107	320.304	598.411

FONTE: FIBGE, Censo demográfico do Piauí, 1991.

A população total do município cresceu na década de 70/80 a uma taxa geométrica da ordem de 5,5% ao ano. A população com menos de 10 anos correspondente a 28,18%, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) representa 31,19% (1980).

No período 80/91 a população total cresceu a uma taxa geométrica da ordem de 4,2% ao ano. Já no período 91/93 a taxa de crescimento demográfico foi cerca de 1,2% ao ano, registrando-se um crescimento populacional menos acelerado.

POPULAÇÃO, TAXA DE URBANIZAÇÃO, DENSIDADE, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

ANOS	POP. TOTAL (Nº ABS)	POP. URBANA (Nº ABS)	POP. RURAL (Nº ABS)	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/Km²)	PEA (Nº ABS)
1970	220.487	181.062	39.425	82,11	121,88	58.069
1980	377.774	339.042	38.732	89,74	208,83	117.837
1990*	550.585	512.549	38.036	93,09	304,35	-
1991**	598.411	556.073	42.338	92,9	-	-
1993***	613.013	-	-	-	-	-

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos do Piauí, 1970 e 1980.

(*) Estimativa Fundação CEPRO, Anuário Estatístico do Piauí, 1986/87.

(**) FIBGE, Censo Demográfico do Piauí, 1991 (dado preliminar).

(***) Estimativa Fundação IBGE.

O deslocamento da população para a capital faz com que, progressivamente, o município de Teresina concentre a maior proporção da população urbana do Estado (37,78%/1980, 40,70%/1991), caracterizando um processo de imigração acelerada⁽¹⁾.

Especificamente na área urbana, a composição da população por faixa etária, conforme pesquisa realizada pela MMT Consultoria - agosto/1990, apresenta-se da seguinte forma:

(1) Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - FIBGE - 1991.

FAIXA ETÁRIA	% POPULAÇÃO
0 - 06	17,75
07 - 14	20,48
15 - 24	22,05
25 - 39	21,16
40 e mais	18,56
TOTAL	100,00

1.2 - Aspectos Educacionais

O sistema público de ensino do Município de Teresina é administrado pelas Secretarias de Educação do Estado e do Município, sendo a primeira responsável pela maioria das escolas da zona urbana.

O município, apesar de ser responsável pela cobertura da zona rural, mantém ainda uma pequena rede de escolas na zona urbana.

O ensino formal é ministrado pelas redes Federal, Estadual, Municipal e particular, abrangendo desde o pré-escolar até o 3º grau (ensino superior).

Dentre os níveis de ensino que o poder público oferece, o de 1º grau é o que aponta maior número de escolas, uma vez que a lei nº 5692/71 dispõe que é obrigação do Estado oferecer o ensino básico (1ª a 8ª série) à população.

O quadro abaixo apresenta a escolaridade da população de Teresina por faixa etária.

ESCOLARIDADE	FAIXA ETÁRIA		
	07-14	15-19	20 e mais
Sem situação	8,52%	0,50%	14,18%
Alfabetização	0%	6,03%	30,66%
1º Grau	91,48%	77,39%	38,97%
2º Grau	0%	16,08%	14,33%
Superior	0%	0%	1,96%

FONTE: MMT Consultoria - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral - SEMPLAN - 1991.

Ensino Pré-Escolar

As escolas que oferecem pré-escolar na zona urbana compreendem 323 unidades, sendo 38 municipais (incluindo as conveniadas), 90 estaduais e 195 particulares. Na zona rural há 27 unidades, sendo 23 municipais (funcionando em salas cedidas das escolas

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

de ensino regular de 1º grau), 03 estaduais e 01 particular. Estas escolas atendem a uma clientela de 04 a 06 anos. (SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa - 1992).

Ensino de 1º Grau

A rede de 1º grau compõe-se de 523 escolas, sendo 106 na zona rural e 417 na zona urbana, conforme quadro a seguir.

ENSINO REGULAR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO O TIPO DE ENSINO MINISTRADO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA TERESINA-PI - 1992

LOCAL.	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				
	TIPO DE ENSINO MINISTRADO				
	Pré-Escolar	1º Grau	2º Grau	Supletivo	Educação Especial
Urbana	323	417	56	61	22
Rural	27	106	-	-	-
TOTAL	350	523	56	61	22

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

NOTA: Constatam na tabela apenas os estabelecimentos em atividade.

Embora exista um número considerável de escolas de 1º grau (zona urbana e rural) de todas as redes de ensino, a demanda escolar de 149.649 (atendida em 1992) é superior à capacidade existente na rede. O número ideal de alunos por sala é 25, entretanto, a rede vem sendo utilizada, de modo geral, acima de sua capacidade.

Ensino de 2º grau

A rede de 2º grau é formada por 80 escolas, sendo 01 municipal, 18 estaduais, 02 federais e 59 particulares. A rede estadual apresenta o maior número de matrícula; a rede particular possui maior número de escolas, entretanto nem todas atendem no três turnos, funcionam somente, em sua maioria, nos turnos manhã e tarde.

Dentre os cursos técnicos oferecidos pela rede pública destacam-se: Contabilidade, Assistência em Administração e Administração de Empresas.

A maioria das escolas particulares ministram o ensino de 2º grau tradicional. Somente 04 escolas oferecem profissionalizante, no curso do magistério (SEPLAN - 1992).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

O quadro abaixo apresenta a matrícula inicial por dependência administrativa do ensino regular de 2º grau no ano de 1992 em Teresina.

LOCAL.	MATRÍCULA INICIAL				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Urbana	23.926	4.070	12.949	801	6.106
TOTAL	23.926	4.070	12.949	801	6.106

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

Ensino Superior

Teresina conta 03 escolas de ensino superior, sendo 02 públicas: Universidade Federal do Piauí - UFPI e Universidade Estadual do Piauí - UESPI. A terceira, Centro de Ensino superior do Vale do Parnaíba - CESVALE, é particular.

A Universidade Federal do Piauí é a que oferece o maior número de vagas: 1.695 para o ano de 1993. Em 1991 essa universidade contou com 11.973 alunos, dos quais 7.503 matricularam-se no primeiro semestre.

A UFPI oferece ainda cursos de mestrado nas áreas de Saúde e Educação.

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI oferece 09 cursos e matriculou, em 1991, 1.459 alunos.

O Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba - CESVALE oferece o curso de Ciências Contábeis; em 1991, matriculou 345 alunos.

A área de Ciências Humanas e Letras na UFPI é a que oferece maior número de vagas. Na área de Educação, o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia é o que forma maior número de profissionais; o mesmo ocorre na UESPI.

MUNICÍPIO DE TERESINA NÚMERO DE ALUNOS DE 3º GRAU POR UNIVERSIDADE, ÁREA E CURSO - 1993 -

UNIVERSIDADE/ÁREA	Nº DE CURSOS POR ÁREA	Nº DE MATRICULADOS EM 1993
UFPI		
· SAÚDE	06	1.285
· NATUREZA	05	785
· HUMANAS E LETRAS	11	2.786
· EDUCAÇÃO	03	1.190
· TECNOLOGIA	03	554
· AGRÁRIAS	02	555
SUBTOTAL	30	7.155*
UESPI		
· CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	02	515
· CIÊNCIAS EXATAS	01	153
· HUMANA E LETRAS	03	920
· EDUCAÇÃO	01	302
· TECNOLOGIA	01	285
· CIÊNCIA AGRÁRIAS	01	20
SUBTOTAL	09	2.195
CESVALE		
· HUMANAS	01	329
SUBTOTAL	01	329
TOTAL GERAL	40	9.679

FONTES: Universidade Federal do Piauí.

Fundação de Apoio ao Ensino do Estado do Piauí - FADEPI.

Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba - CESVALE.

(*) Matrícula do 1º semestre de 1993.

O município de Teresina dispõe de recursos humanos qualificados admitidos para o quadro do magistério mediante aprovação em concurso público.

Para atuar da Pré-Escola ao 2º grau (zona rural e urbana) o município conta com 9.256 docentes, conforme demonstrativos a seguir:

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
TERESINA-PI - 1992

LOCAL.	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Urbana	1.115	-	474	92	549
Rural	43	-	12	26	5
TOTAL	1.158	-	486	118	554

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

NOTA: O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.

CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
TERESINA-PI - 1992

LOCAL.	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Urbana	365	-	73	6	286
Rural	21	-	-	20	1
TOTAL	386	-	73	26	287

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

NOTA: O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
TERESINA-PI - 1993

LOCAL.	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Urbana	6.992	-	3.863	1.088	2.041
Rural	487	-	22	426	39
TOTAL	7.479	-	3.885	1.514	2.080

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

NOTA: O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.

ENSINO REGULAR DE 2º GRAU
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
TERESINA-PI - 1992

LOCAL.	FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Urbana	1.702	255	779	33	635
TOTAL	1.702	255	779	33	635

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

NOTA: O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.

Os recursos didáticos utilizados pela clientela escolar são adquiridos através de verbas provenientes da arrecadação de impostos e de convênios firmados com o Ministério da Educação e do Desporto - MEC.

Apesar dos esforços dos órgãos governamentais e não-governamentais na tentativa de superação do déficit escolar, no que se refere à quantidade e à qualidade da oferta, existe ainda um quadro insatisfatório de atendimento, tendo em vista o alto índice de evasão e repetência, conforme demonstrativo:

**NÚMERO DE ALUNOS AFASTADOS POR ABANDONO,
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
TERESINA - PI - 1991**

LOCAL.	ALUNOS AFASTADOS POR ABANDONO				
	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Urbana	19.812	-	14.187	4.306	1.319
Rural	1.281	-	95	1.136	50
TOTAL	21.093	-	14.282	5.442	1.369

FONTE: SEED/ASPLANO/DEP - Divisão de Estatística e Pesquisa.

Fatores de ordem interna e externa dificultam a expansão e melhoria da qualidade do Ensino Fundamental no Município de Teresina.

Sabe-se que o descompromisso de todos os segmentos da sociedade com a educação do País, a ineficiência do sistema educacional e o quadro econômico e social que ora vivemos têm-se apresentado como obstáculo para universalização do ensino com qualidade total, ressaltando-se ainda outras dificuldades, tais como:

- Interferência de política partidária, ocasionando a descontinuidade de Programas, Projetos e outras ações de caráter educativo;
- Gestão autocrática nas instituições educacionais governamentais e não-governamentais;
- Inexistência de uma sistemática de avaliação constante do ensino;
- Desvalorização dos profissionais da educação em função dos seguintes fatores:
 - • níveis salariais muito baixos;
 - • falta de incentivos funcionais;
- Currículos desvinculados da realidade nas agências formadoras a nível de 2º e 3º graus;
- Inexistência de um planejamento participativo (Co-participação popular), levando a família e a comunidade a omitirem-se do processo de acompanhamento e avaliação da ação educativa;
- Centralização e burocratização das ações;
- Resistência à adoção de práticas pedagógicas inovadoras.

OBJETIVOS

Para atender às necessidades ora descritas no Plano Municipal Decenal de Educação para Todos, estabeleceu-se os seguintes objetivos:

2.1 - Geral

- Universalizar o atendimento à demanda escolarizável do Município de Teresina, oferecendo à crianças, jovens e adultos ensino que atenda às necessidades elementares da vida contemporânea.

2.2 - Específicos

- Construir creches envolvendo a participação das esferas Federal, Estadual e Municipal, em parceria com a iniciativa privada;
- Assegurar uma política de construção e ampliação de escolas que apresente condições, tais como: arquitetura compatível com o clima e com o desenvolvimento das atividades curriculares, espaços para o laboratório, biblioteca, área de esporte e lazer e sala de recursos audiovisuais;
- Atender à clientela portadora de necessidades especiais, integrando-a ao sistema regular de ensino;
- Assegurar uma política de valorização do profissional da educação, através de cursos de formação e capacitação em parceria com instituições afins;
- Defender o Projeto Político-Pedagógico da Escola, como um espaço por excelência dos alunos, professores, pais e comunidade, evitando interferência político-partidária;
- Estimular o desenvolvimento de estratégias educativas aptas a suplantarem as questões críticas do sistema, especialmente as que dizem respeito à repetência e evasão escolar;
- Utilizar mecanismos pedagógicos que incentivem o aluno a buscar a importância do trabalho e a descoberta de aptidões, de forma a contribuir para a formação de sua consciência crítica e processo da cidadania;
- Garantir a utilização de recursos financeiros de acordo com os percentuais estabelecidos por lei;
- Assegurar às escolas autonomia político-administrativo-financeira e didático-pedagógica.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Plano Municipal Decenal de Educação para Todos, Instrumento norteador do sistema educacional, contou com a participação de toda a sociedade teresinense, que priorizou e definiu para o período 1994/2003 as seguintes políticas:

- Universalização do Ensino

- Expansão do atendimento à demanda escolarizável existente no município de Teresina, assegurando um ensino com padrão de qualidade e oportunidade para todos.

- Melhoria da Qualidade do Ensino: Garantia da Aprendizagem

- Melhoria da aprendizagem dos alunos através de elevação do nível de competência técnica do profissional da Educação, garantido os conteúdos mínimos de leitura e escrita, domínio das operações fundamentais, no exercício pleno da cidadania.

- Valorização do Magistério

- Resgate do prestígio e credibilidade do profissional da Educação, através da capacitação permanente, melhoria salarial, atualização do estatuto do magistério e condições apropriadas para o desempenho das atividades docentes.

- Educação e Trabalho

- Desenvolvimento do Currículo Escolar, utilizando mecanismos pedagógicos que incentivem os alunos à descoberta da importância do trabalho, possibilitando a estes adquirir uma melhor compreensão do mundo em que vivem e possam, assim, interferir nos seus destinos, bem como na sociedade, de forma mais consciente, participando na construção de uma sociedade mais democrática.

- Gerência dos Serviços Educacionais: Gestão Democrática e Autonomia Escolar.

- Promoção da autonomia à escola para desenvolvimento do seu projeto político-administrativo-pedagógico, garantindo o cumprimento do Plano de Trabalho Anual da escola, resultantes das discussões ou decisões tomadas em parceria com a comunidade.

- Financiamento da Educação

- Garantia do repasse e aplicação dos percentuais destinados à educação, conforme o dispositivo constitucional, no sentido de assegurar melhor eficiência na alocação e gestão das verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino.

3.1 - Universalização do Ensino

a - Programa: Pré-Escolar

Meta:

- Ampliar o atendimento anualmente em 20% às crianças na faixa etária de 0 (zero) a 06 (seis) anos nas redes públicas Municipal e Estadual, garantindo o acesso da demanda existente até o ano 2.003.

Ações:

- Construção de Unidades Pré-Escolar na rede Municipal, tendo em vista a identificação das localidades com real necessidade de atendimento à demanda existente;
- Construção de Creches envolvendo a participação das esferas Federal, Estadual e Municipal, em parceria com a iniciativa privada;
- Aquisição de equipamentos adequados ao funcionamento das Creches e Pré-Escolar;
- Manutenção das redes públicas, de forma integrada Estado/Município, nos aspectos físicos, materiais e técnicos;
- Apoio técnico e material a instituições mantidas pelos órgãos governamentais e entidades filantrópicas que atendem a esta modalidade de ensino;
- Oferta de alimentação escolar com cardápio regionalizado às crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos de Creches e Pré-Escolas das instituições públicas e entidades conveniadas;
- Acompanhamento, controle e avaliação de forma sistematizada das ações desenvolvidas junto às Creches e Pré-Escolas;
- Capacitação de recursos humanos para atuarem com eficiência e eficácia nas Creches e Pré-Escolas;
- Incentivar os professores que atuam na alfabetização através de gratificação especial e material didático adequado à área;
- Aquisição de brinquedoteca para as Creches e Pré-Escolas.

B - Programa: Ensino Fundamental

Meta:

- Expandir a oferta de vagas com vistas à garantia de atendimento à demanda existente.

Ações:

- Construção de Unidades Escolares na rede municipal, atendendo às peculiaridades locais e desenvolvimento das atividades curriculares;
- Aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento das escolas;
- Manutenção das redes públicas de forma integrada Estado/Município nos aspectos físicos, materiais e técnicos;
- Democratização de tecnologias para desenvolvimento de programas voltados para educação à distância e ensino personalizado;

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

- Melhoria das instalações escolares, com vistas à recuperação, ampliação de Unidades Escolares e a respectiva provisão de equipamento e mobiliário escolar;
- Criação de espaços visando à melhoria do atendimento à clientela maior de 14 (quatorze) anos, de modo a assegurar um ensino com padrão de qualidade e oportunidade para todos;
- Criação de núcleo de atendimento em locais ociosos de órgãos públicos estaduais, municipais, entidades de classe filantrópicas, comunitárias e empresas privadas, com o apoio técnico-pedagógico e financeiro destas, tendo em vista oportunizar uma prática educativa integrada às condições de vida da criança e do adolescente que vive na rua.

C - Programa: Educação Especial

Meta:

- Atender a 75% da clientela portadora de necessidades especiais, integrando-a ao sistema regular de ensino.

Ações:

- Implantação de salas de apoio pedagógico para atendimento aos alunos do ensino regular, com dificuldades de aprendizagem;
- Aquisição de recursos instrucionais para o atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais;
- Capacitação de recursos humanos envolvidos no atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais;
- Acompanhamento, controle e avaliação do trabalho desenvolvido junto aos portadores de necessidades especiais;

D - Programa: Alfabetização de Adultos

Meta:

- Ampliar o atendimento para 2.000 (dois mil) alunos por ano na alfabetização de adultos, reduzindo a taxa de analfabetismo de maiores de 15 (quinze) anos.

Ações:

- Criação de núcleos de atendimento em locais ociosos de órgãos públicos estaduais, municipais, entidades de classe filantrópicas, comunitárias e empresas privadas, com apoio financeiro destas e técnico-pedagógico das universidades;
- Realização dos cursos de alfabetização de adultos em horários compatíveis com a disponibilidade da clientela;
- Oferta de material didático adequado à aprendizagem dos alunos maiores de 15 (quinze) anos;
- Capacitação dos profissionais da educação para atuarem no processo de alfabetização de adultos;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

- Acompanhamento, controle e avaliação do trabalho desenvolvido junto aos maiores de 15 (quinze) anos não alfabetizados.

3.2 - Qualidade do Ensino - Garantia de Aprendizagem

A - Programa: Melhoria da Qualidade do Ensino

Meta:

- Assegurar melhoria do ensino, reduzindo as evasões e repetências, de forma a contribuir para que, até 2.003, 90% dos escolares possam concluir o ensino fundamental.

Ações:

- Oferta de curso de qualificação superior, em parceria com as agências formadoras, aos profissionais portadores de cursos de 2º grau atuando no magistério, assegurando um currículo sintonizado com a área de atuação;
- Oferta de cursos a nível de pós-graduação para os professores da rede oficial de acordo com sua área de atuação;
- Reciclagem permanente para professores, especialistas em educação, administradores e pessoal de apoio, contextualizando o currículo escolar;
- Regionalização do livro didático;
- Elaboração de proposta de avaliação do sistema oficial de ensino;
- Desenvolvimento de programas de implantação de bibliotecas e laboratórios, assegurando seu efetivo funcionamento no incentivo à leitura e à pesquisa;
- Provisão de materiais didático-pedagógicos indispensáveis ao funcionamento das escolas, propiciando melhor desempenho da prática pedagógica;
- Oferta de alimentação à clientela escolar de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos, com avaliação e acompanhamento sistemático e distribuição mediante cronograma estabelecido;
- Desenvolvimento de programas de saúde do escolar em parceria com as Secretarias afins;
- Reformulação do currículo, incorporando conteúdos relativos a Educação Ambiental, visando o despertar de uma consciência educativa de Preservação do Meio Ambiente em defesa da vida;
- Acompanhamento técnico-pedagógico aos docentes por profissionais habilitados e comprometidos com a Educação;
- Produção de textos literários populares;
- Criação de mecanismos que estimulem o resgate da cultura popular do município.

3.3 - Valorização do Magistério

A - Programa: Valorização do Profissional da Educação

Meta:

- Estabelecer mecanismo que permitam resgatar a importância social dos profissionais da Educação.

Ações:

- Adoção de plano de cargos e salários;
- Incentivo a professores que atuam em séries iniciais, considerando a qualificação e lotação em escolas de difícil acesso;
- Atualização e cumprimento do Estatuto do Magistério;
- Lotação do profissional da educação observando a proximidade da escola em relação à sua residência;
- Garantia de melhores condições de trabalho;
- Garantia de 25 (vinte e cinco) alunos por turma nas séries iniciais e 30 (trinta) alunos nas séries subsequentes;
- Promoção de intercâmbio entre os profissionais da Educação das esferas Federal, Estadual e Municipal para troca de experiências;
- Garantia de ingresso na carreira do magistério exclusivamente através de Concurso Público;
- Adoção de mecanismos para incentivo à pesquisa e divulgação de experiências no campo da Educação.

3.4 - Educação e Trabalho

A - Programa: Integração Escola/Vida e Escola/Trabalho

Meta:

- Adotar mecanismos pedagógicos que oportunizem a 100% da clientela escolar a descoberta de aptidões e a importância do trabalho no processo de cidadania.

Ações:

- Reformulação do currículo, organizando-o de forma a relacionar os objetivos propostos pelas escolas que oferecem cursos de iniciação profissional com o mercado de trabalho, sem prejuízo dos conhecimentos científicos;
- Reciclagem permanente dos recursos humanos para atuarem com eficiência e eficácia nos cursos de iniciação profissional;
- Oferta de material, equipamento e monitoria para os cursos de iniciação profissional, com acompanhamento sistematizado e distribuição mediante cronograma estabelecido;
- Realização de conferências que oportunizem à comunidade escolar a descoberta de aptidões e a importância do trabalho no processo de cidadania;

- Oferta de cursos de iniciação profissional de acordo com a demanda e o mercado de trabalho.

3.5 - Gerência dos Serviços Educacionais

A - Programa: Gestão Democrática e Autonomia Escolar

Meta:

- Promover a autonomia das escolas para desenvolvimento do seu Projeto Pedagógico.

Ações:

- Garantia de eleições diretas para diretores e vice-diretores com voto universal;
- Apoio técnico, financeiro e material de consumo às escolas, através de cronograma e acompanhamento sistematizado;
- Reciclagem permanente para pessoal administrativo das escolas;
- Implantação do conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares;
- Realização do programa de conservação e preservação do patrimônio escolar;
- Garantia de concurso público para ingresso na área administrativa;
- Criação de mecanismo de segurança nas escolas com apoio da comunidade em ação conjunta com as instituições;
- Desenvolvimento de programas que visem a efetiva participação da família nas discussões e decisões do processo educativo;
- Garantia de autonomia financeira às escolas da rede pública de ensino.

3.6 - Financiamento da Educação

Conforme está disposto na constituição, "A União aplicará, anualmente, nunca mesmo de dezolito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de ensino".

A Constituição do Estado do Piauí dispõe, em seu art. 223, que "O Estado e seus Municípios aplicarão, anualmente, trinta por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino". Neste mesmo artigo, parágrafo 2º, está disposto que "setenta por cento dos recursos acima citados serão destinados ao atendimento das necessidades do ensino de primeiro grau".

A Lei Orgânica do Município de Teresina prevê a aplicação de nunca menos de trinta por cento de sua receita com gastos no setor educacional.

Assim sendo, o dispositivo constitucional regulamenta os percentuais das verbas educacionais, mas não assegura o investimento destas na Educação. É preciso que a sociedade seja vigilante e pressione os tribunais de contas a cobrarem a aplicação dos

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

recursos destinados à Educação por parte da União, dos Estados e Municípios, de modo a garantir os índices previstos na Constituição.

Entretanto, a saída para o problema do financiamento da Educação talvez esteja no carreamento dos recursos (Federais, Estaduais e Municipais) para uma gestão municipalizada, como ocorreu com a saúde, promovendo a unidade das ações no setor educacional, e, possivelmente, melhoria na qualidade e crescimento na oferta de ensino.

É importante, também, um apoio mais amplo do setor público, o que significa atrair recursos de todos os órgãos governamentais responsáveis pela preparação do ser humano, mediante o aumento dos recursos financeiros destinados aos serviços de educação básica;

A garantia do repasse e aplicação das verbas destinadas à Educação oportunizará agilidade e eficiência na oferta de ensino com padrão de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal Decenal de Educação para Todos é uma proposta pretenciosa, considerando que seu objetivo principal é universalizar o ensino com qualidade e erradicar o analfabetismo. Estas metas vêm sendo perseguidas ao longo das últimas décadas, sem, no entanto, lograr êxito, tendo em vista os altos índices de evasão, repetência e de analfabetismo, aliados ao descompromisso político e social com o segmento Educação, os escassos recursos financeiros destinados a este setor, além das profundas desigualdades sociais existentes no País, decorrentes da má distribuição de renda.

Para alcançar os objetivos a que se propõe o presente plano, é necessário a participação da Sociedade Civil organizada, bem como das esferas governamentais, não só na elaboração do Plano Municipal Decenal de Educação para Todos, como no acompanhamento das ações propostas, buscando dessa forma, reverter a difícil situação em que se encontra a Educação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Como Nasceu Teresina - Chaves, Pe. Joaquim. Edição comemorativa do 135º aniversário da cidade - 2ª Edição - 1987.
- Plano Decenal de Educação Para Todos - MEC. Brasília - 1993.
- Teresina - Aspectos e Características - Perfil, 1992 - Secretaria Municipal de Planejamento.
- Documento Preliminar do Plano Municipal Decenal de Educação para Todos - Teresina - Piauí, Outubro de 1993.
- Perfil dos Municípios Piauienses - Fundação CEPRO - 1992.
- Piauí - Duarte, Isabel Avelino - et alii Ao Livro Técnico S/A - Indústria e Comércio - Rio de Janeiro, 1993.

6

ANEXOS

6.

ANEXOS

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
 Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
 U.F. - PI
 3.1 - Política: Universalização do Ensino
 A - Programa: Pré-Escolar

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.	
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		
Ampliar o atendimento anualmente em 20% às crianças na faixa etária de 0 (zero) a 06 (seis) anos nas redes públicas Municipal e Estadual garantindo o acesso da demanda existente até o ano 2.003.														
	escola	02	02	01	02	01	01	03	01	02	03	MEC/ FNDE/ PMT		
	creche	01	02	02	03	02	02	02	02	02	01	MEC/ FNDE/ PMT/SEED		
	pré-escola e creches	03	04	03	05	03	03	05	03	04	03	MEC/FNDE PMT/SEED		
		353	357	360	365	368	371	377	379	383	387	MEC/FNDE FAE/PMT/ SEED		

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI
3.1 - Política: Universalização do Ensino
A - Programa: Pré-Escolar

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Apoio técnico e material a instituições mantidas pelos órgãos governamentais e entidades filantrópicas que atendem esta modalidade de ensino;	instituições	criança	75	77	79	81	84	86	89	91	94	99	PMT/SEED
			25.621	26.821	27.721	29.221	30.121	31.021	32.821	33.421	34.621	35.821	FAE/PMT/SEED
- Acompanhamento, controle e avaliação de forma sistematizada das ações desenvolvidas junto às Creches e Pré-Escolas;	creche e pré-escola	docente	353	357	360	365	368	371	377	379	383	387	SEED/PMT
			1.182	1.230	1.266	1.326	1.362	1.398	1.470	1.494	1.542	1.590	SEED/PMT UFPI/UESPI
- Capacitação de recursos humanos para atuarem com eficiência e eficácia nas Creches e Pré-Escolas;	docente	creches e pré-escola	709	738	759	795	817	838	882	896	925	954	SEED/PMT
			353	357	360	365	368	371	377	379	383	387	MEC/FNDE PMT/SEES
- Incentivar os professores que atuam na alfabetização através de gratificação especial e material didático adequado à área;	Aquisição de brinquedoteca para as Creches e Pré-Escolas.												

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI
3.1 - Política: Universalização do Ensino
B - Programa: Ensino Fundamental

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Expandir a oferta de vagas com vistas a garantia de atendimento à demanda existente.	escola	escola	02	01	01	03	02	04	03	04	02	02	MEC/FNDE PMT/SEED
			525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
- Construção de Unidades Escolares na rede Municipal, atendendo às peculiaridades locais e desenvolvimento das atividades curriculares;	escola	escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
			525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
- Aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento das escolas;	programa	programa	02	03	05	04	06	07	09	10	12	14	MEC/FNDE PMT/SEED
			525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
- Manutenção das redes públicas de forma integrada Estado/Município nos aspectos físicos, materiais e técnicos;	escola	escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
			525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
- Democratização de tecnologias para desenvolvimento de programas voltados para educação a distância e ensino personalizado;	programa	programa	02	03	05	04	06	07	09	10	12	14	MEC/FNDE PMT/SEED
			525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
- Melhorar as instalações escolares, com vistas a recuperação, ampliação de Unidades Escolares e a respectiva provisão de equipamento e mobiliário escolar.	escola	escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED
			525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	MEC/FNDE PMT/SEED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

[illegible]

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Capacitação dos profissionais da educação para atuarem no processo de alfabetização de adultos;		pessoal	250	250	250	250	500	500	500	500	500	MEC/FNDE PMT/SEED UFPI/JESPI	
- Acompanhamento, controle e avaliação do trabalho desenvolvido juntos aos maiores de 15 (quinze) anos não-alfabetizados.		pessoal	250	250	250	250	500	500	500	500	500	PMT	

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI
3.2 - Política: Qualidade do Ensino: Garantia de Aprendizagem
A - Programa: Melhoria da Qualidade do Ensino

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Assegurar melhoria do Ensino, reduzindo as evasões e repelências, de forma a contribuir para que até 2.003, 90% dos escolares possam concluir o ensino fundamental. - Oferta de cursos de qualificação superior em parceria com as agências formadoras aos profissionais portadores de curso de 2º grau atuando no magistério, assegurando um currículo sintonizado com a área de atuação; - Oferta de cursos a nível de pós-graduação para os professores da rede oficial de acordo com sua área de atuação; - Reciclagem permanente para professores, especialistas em educação, administradores e pessoal de apoio, contextualizando o currículo escolar; - Regionalização do livro didático; - Elaboração de proposta de avaliação do sistema oficial de Ensino;													
		curso	02	03	05	03	06	04	05	06	06	06	MEC/FNDE PMT/SEED UFPI/UESPI
		curso	02	03	05	03	06	04	05	06	06	06	MEC/FNDE PMT/SEED UFPI
		docente	7.554	7.629	7.705	7.782	7.860	7.939	8.018	8.098	8.178	8.260	MEC/FNDE PMT/SEED UFPI/UESPI
		livro didático	174.790	204.154	238.451	278.510	325.299	379.949	443.780	518.335	605.415	707.124	FAE/PMT/SEED
		escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	SEMEC/SEED

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI
3.2 - Política: Qualidade do Ensino: Garantia de Aprendizagem
A - Programa: Melhoria da Qualidade do Ensino

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Desenvolvimento de programas de implantação de bibliotecas e laboratórios, assegurando seu efetivo funcionamento no incentivo à leitura e à pesquisa; - Proverimento de materiais didático-pedagógicos indispensáveis ao funcionamento das escolas, propiciando melhor desempenho da prática pedagógica; - Oferta de alimentação à clientela escolar de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos, com avaliação e acompanhamento sistemático e distribuição mediante cronograma estabelecido; - Desenvolvimento de programas de saúde do escolar em parceria com as Secretarias atins; - Reformulação do currículo, incorporando conteúdos relativos a Educação Ambiental, visando o despertar de uma consciência educativa de Preservação do Meio Ambiente em defesa da vida;		escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	SEMEC/SEED
		módulo	174.790	204.154	238.451	278.510	325.299	379.949	443.780	518.335	605.415	709.124	FAE/PMT/SEED
		aluno	174.790	204.154	238.451	278.510	325.299	379.949	443.780	518.335	605.415	709.124	MEC/FAE PMT/SEED
		aluno	174.790	204.154	238.451	278.510	325.299	379.949	443.780	518.335	605.415	709.124	Sec. Saúde Mun. e Est. SEMEC/SEED
		escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	SEMAW SEED/ SEMEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI
3.2 - Política: Qualidade do Ensino: Garantia de Aprendizagem
A - Programa: Melhoria da Qualidade do Ensino

META	UNID. DE MEDIDA	AÇÃO	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Acompanhamento técnico-pedagógico aos docentes por profissionais habilitados e comprometidos com a Educação; - Produção de textos literários populares; - Criação de mecanismos que estimulem o resgate da cultura popular do Município.	docente de 1º grau		7.554	7.629	7.705	7.782	7.860	7.939	8.018	8.098	8.178	8.260	PMT/SEED
	textos literários populares		17.479	40.830	71.535	97.478	130.119	170.977	221.990	285.084	363.249	425.474	PMT/SEED
	proposta		02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	PMT/SEED

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI
3.3 - Política: Valorização do Magistério
A - Programa: Valorização do Profissional da Educação

META	UNID. DE MEDIDA	AÇÃO	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Estabelecer mecanismos que permitam resgatar a importância social dos profissionais da Educação. - Adoção de plano de cargos e salários; - Incentivo a professores que atuam em séries iniciais, considerando a qualificação e lotação em escolas de difícil acesso; - Atualização e cumprimento do Estatuto do magistério; - Lotação do profissional da Educação observando a proximidade da escola em relação a sua residência; - Garantia de melhores condições de trabalho;	Profissionais da Educação		8.736	8.859	8.971	9.108	9.222	9.337	9.488	9.592	9.720	9.850	PMT/SEED SINDESM APEPI SERMAP/ SINPRO
	docente		7.554	7.629	7.705	7.782	7.860	7.939	8.018	8.098	8.178	8.260	
	Profissionais da Educação		8.736	8.859	8.971	9.108	9.222	9.337	9.488	9.592	9.720	9.850	
	Profissionais da Educação		8.736	8.859	8.971	9.108	9.222	9.337	9.488	9.592	9.720	9.850	
	Profissionais da Educação		8.736	8.859	8.971	9.108	9.222	9.337	9.488	9.592	9.720	9.850	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações

U.F.: PI

3.3 - Política: Valorização do Magistério

A - Programa: Valorização do Profissional da Educação

META	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Garantia de 25 (vinte e cinco) alunos por turma nas séries iniciais e 30 (trinta) alunos nas séries subsequentes;	variável											PMT/SEED/ SINDSERM /APEP /CERMAP/ SINPRO
- Promoção de intercâmbio entre os profissionais da Educação das esferas Federal, Estadual e Municipal para troca de experiências;	variável											
- Garantia de ingresso na carreira do Magistério exclusivamente através de Concurso Público;	concurso	01		01		01		01		01		
- Adoção de mecanismo para incentivo à pesquisa e divulgação de experiências no campo da Educação.	variável											

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações

U.F.: PI

3.4 - Política: Educação e Trabalho

A - Programa: Integração Escola/Vida e Escola/Trabalho

META	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Adotar mecanismos pedagógicos que oportunizem a 100% da clientela escolar a descoberta de aptidões e a importância do trabalho no processo da cidadania.												
- Reformulação do currículo organizando-o de forma a relacionar os objetivos propostos pelas escolas que oferecem curso de iniciação profissional com o mercado de trabalho, sem prejuízo dos conhecimentos científicos.	escola	525	526	527	530	532	536	539	543	545	547	PMT/SEED
- Reciclagem permanente dos recursos humanos para atuarem com eficiência e eficácia nos cursos de iniciação profissional;	curso	01	01	01	02	02	02	02	03	03	04	PMT/SEED
- Oferta de material, equipamento e monitoria para os cursos de iniciação profissional, com acompanhamento sistematizado e distribuição mediante cronograma estabelecido;	variável											PMT/SEED

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações

U.F.: PI

3.4 - Política: Educação e Trabalho

A - Programa: Integração Escola/Vida e Escola/Trabalho

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Realização de conferências que oportunizem à comunidade escolar a descoberta de aptidões e a importância do trabalho no processo de cidadania;	proposta		04	04	04	04	04	04	04	04	04	04	PMT/SEED
			02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	PMT/SEED
- Oferta de cursos de iniciação profissional de acordo com a demanda e o mercado de trabalho.	curso		02	02	02	02	02	04	04	04	04	04	PMT/SEED SESI/SENAI SENAC/CBIA
			02	02	02	02	02	04	04	04	04	04	

META	AÇÃO	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
			1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Promover a autonomia das escolas para desenvolvimento do seu projeto político-pedagógico.	eleição		01	-	01	-	01	-	01	-	01	-	PMT/Ass. Comunit.
- Garantia de eleições diretas para diretores e vice-diretores com voto universal;	variável												PMT/SEED
- Apoio técnico, financeiro e material de consumo às escolas, através de cronograma e acompanhamento sistematizado;	curso												PMT/SEED
			01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	PMT/SEED
- Reciclagem permanente para pessoal administrativo das escolas;	proposta		01	01	01	01	-	-	-	-	-	-	PMT/SEED Ass. Com.
- Implantação do conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares;	programa		02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	PMT/SEED
- Realização do programa de conservação e preservação do patrimônio escolar;	concurso		01	-	01	-	01	-	01	-	01	-	PMT/SEED
- Garantia de concurso público para ingresso na área administrativa;													PMT/SEED

Plano Municipal Decenal de Educação Para Todos
Quadro de Detalhamento de Metas/Ações
U.F.: PI

3.5 - Política: Gerência dos Serviços Educacionais

A - Programa: Gestão Democrática e Autonomia Escolar

META	UNID. DE MEDIDA	EXECUÇÃO										ENVOLV. INSTIT.
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
- Criação de mecanismo de segurança nas escolas com apoio da comunidade em ação conjunta com as instituições;	variável											PMT/SEED Sec. de Segurança/ Ass. Com.
- Desenvolvimento de programas que visem a efetiva participação da família nas discussões e decisões do processo educativo;	programa	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	PMT/SEED
- Garantia de autonomia financeira às escolas da rede pública de ensino.	escola	169	172	174	179	182	187	193	198	202	207	PMT/SEED

V - Educação: Gestão Democrática e Autonomia Escolar

3.5 - Política: Gerência dos Serviços Educacionais

U.F.: PI

A - Programa: Gestão Democrática e Autonomia Escolar